

# Apresentação

## A conjuntura atual do Haiti: a crise política e humanitária de 2024

DANIEL JATOBA\*

*\* Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail: danieljatoba2008@gmail.com.*

O Haiti, a primeira nação negra independente do mundo e o primeiro país da América Latina a abolir a escravidão, continua a enfrentar uma série de desafios complexos, crises humanitárias profundas. Historicamente, o Haiti tem lidado com uma série de desafios estruturais, com destaque para a dependência externa, intervenções estrangeiras, instabilidade política, pobreza extrema e desastres naturais. Em 2024, a complexa interação entre crise político-institucional, violência de gangues poderosas e articuladas com autoridades e crise humanitária transformou o Haiti em um foco de preocupação na arena internacional.

A renúncia do primeiro-ministro Ariel Henry, após a obstrução do seu retorno ao país por grupos armados liderados por figuras como Jimmy Chérizier, também conhecido pela alcunha de "Barbecue" e líder da aliança de gangues G9, bem como o quadro mais amplo de colapso do Estado haitiano, fragilidade de suas infraestruturas e contínua interferência externa, contribuíram para a escalada de um quadro de violência, miséria e deslocamentos forçados. A falta de eleições regulares, o vácuo de poder, a atuação de grupos armados e a corrupção endêmica paralisaram as instituições públicas, resultando em uma escalada de violência, colapso da ordem pública e uma crise humanitária de proporções devastadoras. Atualmente, o Haiti enfrenta uma combinação de crises que envolve não apenas a precariedade das condições de vida da população, mas também um contexto de ausência de governança que desafia qualquer resposta local ou internacional efetiva.

A nova edição da Revista PET-REL reúne treze análises de conjuntura sobre diferentes aspectos que compõem a crise haitiana contemporânea. Seus autores e autoras são membros do corpo discente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, em sua maioria

integrantes do Programa de Educação Tutorial do curso. Pretendo apresentar, de modo resumido, as diversas temáticas analisadas, os modos de abordá-las e os argumentos centrais de cada um dos textos elaborados pelos autores, os quais, em seu conjunto, nos apresentam um interessante panorama sobre a conjuntura atual do Haiti. Além da diversidade temática e de abordagens teóricas, ressalta da leitura dos textos uma notável pluralidade de ideias e argumentos que, talvez mais do que em edições anteriores, caracteriza essa edição especial da Revista.

A análise intitulada “O Brasil no Haiti: mais uma incursão da masculinidade militarizada?”, de autoria de Felipe Alexandre Moura, investiga a participação brasileira na Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti, aprovada pela resolução 2699/2023 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com foco no treinamento tático oferecido pelo Brasil à Polícia Nacional haitiana. O autor faz uma análise crítica da militarização brasileira no contexto haitiano, utilizando uma perspectiva feminista para explorar como a masculinidade militarizada foi reforçada pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Moura destaca o legado problemático da MINUSTAH, associando-o ao aumento da violência sexual e da exploração de mulheres haitianas, que teria sido agravado pela “economia de peacekeeping”. Ele questiona a eficácia e o impacto ético do novo treinamento proposto pelo Brasil e argumenta que, ao enfatizar a centralidade das forças militares, o Brasil corre o risco de perpetuar dinâmicas de exclusão e violência no Haiti. O autor conclui propondo uma reflexão mais ampla sobre as implicações da presença brasileira no país e sugere a criação de uma comissão da verdade para investigar os crimes cometidos durante a MINUSTAH.

O texto de autoria de Marco Octávio Meneses, “A Ética da Mudança de Regime no Haiti”, também examina as considerações éticas em torno da intervenção estrangeira no Haiti. Meneses enquadra o debate no contexto da teoria política internacional normativa, para argumentar que embora o Haiti necessite de uma intervenção militar estrangeira para restaurar a segurança e a ordem, a mudança de regime não se justifica. Ele explica metodicamente a estrutura ética para a intervenção, invocando as três concepções de justiça como não-dominação, imparcialidade e reconhecimento mútuo, conforme apresentados por Erik Oddvar Eriksen. Meneses enfatiza que a intervenção não deve impor controle externo de modo arbitrário e deve ser realizada por meio de mecanismos internacionais imparciais, argumentação que justifica a posição do autor em defesa de uma estratégia de intervenção eticamente fundamentada no

Haiti: para ele, a intervenção no Haiti deve ser desenhada para eliminar a influência do crime organizado, em vez de substituir o governo. Ele defende que uma política externa moralmente correta deve focar na proteção dos direitos humanos, garantir a segurança e promover a participação local no processo de reconstrução.

Também no caminho de uma reflexão crítica teoricamente fundamentada, a análise de título “Haiti e o Contrato Social”, de Vítor Vieira Branquinho, aplica a teoria contratualista clássica ao contexto atual do Haiti, argumentando que o país falhou em cumprir sua razão de Estado, conforme proposta por Friedrich Meinecke no final dos anos 1950. Branquinho faz uma análise da conjuntura atual do Haiti à luz dos pensamentos de Thomas Hobbes e John Locke sobre o contrato social, explorando como o Estado haitiano tem sido incapaz de garantir a segurança, a liberdade e a propriedade de seus cidadãos — elementos centrais para a legitimidade do Estado. Sendo assim, a ausência de uma autoridade legítima e a incapacidade do governo de lidar com o crime organizado colocam o Haiti em um cenário de colapso institucional, onde a violência se expande e as condições de vida da população se deterioram, o que, para ele, pode ser visto como uma ruptura do contrato social entre o governo e a sociedade. Branquinho conclui que, sem o cumprimento dos direitos fundamentais previstos por Hobbes e Locke, como a proteção à vida e à propriedade, o Estado haitiano perde sua legitimidade, retornando ao estado de natureza. O autor deixa em aberto a possibilidade de uma intervenção ou ajuda internacional como única solução para restaurar a função do Estado e evitar o colapso completo da sociedade haitiana.

Em “Destinchando o Haiti: crise ambiental e resiliência comunitária”, a autora Maria Fernanda Pimentel desenvolve uma análise das interseções entre a degradação ambiental e as dinâmicas socioeconômicas e políticas que moldam o país. Explora-se como o desmatamento severo, impulsionado pela dependência do carvão vegetal, não só destruiu a cobertura florestal, mas também desencadeou um ciclo vicioso de erosão do solo, perda de biodiversidade e vulnerabilidade a desastres naturais. Essas condições agravam as crises alimentares e econômicas em um país já marcado por uma história de exploração colonial, instabilidade política e intervenções estrangeiras. Por outro lado, o texto também destaca o poder de adaptação das comunidades haitianas, que têm recorrido a formas inovadoras de resiliência, como o sistema de trabalho comunitário konbit e práticas agrícolas sustentáveis. Entretanto, como argumenta a autora, embora esses mecanismos comunitários de resistência sejam essenciais para a sobrevivência, eles são insuficientes diante dos desafios estruturais que exigem a implementação de políticas públicas robustas e uma maior coordenação internacional.

A análise de Camila Gomes, intitulada "A 'Lei de Murphy haitiana': azar ou consequência?", oferece uma visão crítica sobre os diversos fatores que impactaram – e continuam a impactar – o Haiti, utilizando a famosa "Lei de Murphy" como metáfora para explicar a sucessão de eventos adversos que assolam o país. De início, a autora sublinha a inevitabilidade das crises no Haiti, dada sua localização geográfica, propensa a desastres naturais, como terremotos e furacões devastadores, o que, por si só, já coloca o país em uma posição vulnerável. No entanto, Gomes destaca que não é apenas o "azar" que explica a realidade haitiana, mas uma conjunção de fatores históricos, políticos e sociais que moldaram sua trajetória. O Haiti, apesar de sua histórica revolução contra a escravidão e a conquista da independência em 1804, não conseguiu firmar-se como uma nação soberana e estável. A exigência de uma indenização à França por sua independência e os sucessivos empréstimos tomados para cumprir essa exigência colocaram o país em uma crise econômica que persiste até hoje. Além disso, as intervenções estrangeiras, muitas vezes fracassadas, só intensificaram os problemas políticos e securitários, enfraquecendo ainda mais o Estado haitiano e criando espaço para a violência e o domínio de gangues; o texto reflete então sobre a responsabilidade compartilhada por diversos atores internacionais, como França e EUA, além de instituições internacionais que contribuíram para a instabilidade do país. A abordagem equilibrada da autora nos lembra da complexidade das inúmeras crises haitianas e da importância de olhar para além das explicações simplistas de azar, buscando as raízes estruturais e históricas que continuam a moldar sua realidade.

Na análise intitulada "Haiti à beira da segurança: a violência no país é um fenômeno de narcoterrorismo?", de autoria de Lenira Vitoria Oliveira, discute-se a crescente onda de violência no Haiti, situando o país em um cenário de degradação da segurança interna e investigando se essa violência pode ser caracterizada como narcoterrorismo. A crise política e a incapacidade de sucessivos governos em restaurar a ordem permitiram que grupos armados dominassem regiões estratégicas, exacerbando a já severa crise humanitária. O conceito de narcoterrorismo, amplamente utilizado desde a década de 1980, é examinado de forma crítica na análise. Oliveira explora as múltiplas definições do termo e questiona se ele pode ser adequadamente aplicado à realidade haitiana. Ela argumenta que a violência no Haiti não se alinha perfeitamente às características clássicas do narcoterrorismo, dado que as gangues haitianas, embora envolvidas no tráfico de drogas e armas, muitas vezes operam abertamente e com o apoio de elites políticas e econômicas, o que torna a relação entre crime

organizado e o poder estatal mais complexa, escapando da simplificação que o conceito tende a implicar.

Em “Haiti e CARICOM: legitimidade em via de mão dupla”, Marina Morena Santos explora a interação entre o Haiti e a Comunidade do Caribe (CARICOM), analisando como ambos buscam legitimidade internacional. O Haiti, membro da CARICOM, enfrenta desafios políticos e humanitários contínuos, recorrendo à CARICOM para obter validação de seus governos e ações. A CARICOM, por sua vez, utiliza sua atuação no Haiti como meio para ganhar relevância internacional, aproximando-se de grandes atores como a ONU e a OEA. A análise fundamenta-se no conceito clássico de legitimidade tal como proposto por Inis Claude Jr., que define a legitimidade não apenas como uma questão de princípios morais ou legais, mas como um fenômeno político vinculado ao reconhecimento por atores multilaterais. Neste contexto, a CARICOM, historicamente envolvida em missões de paz e apoio político no Haiti, emerge como um exemplo de como uma organização regional pode buscar sua própria legitimidade ao promover os valores da democracia liberal.

A análise “Violência de Gênero em Operações de Peacekeeping no Haiti”, de Cecília Dias e Érica Amarante, explora a violência de gênero nas operações de paz da ONU, utilizando como estudo de caso a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A análise compara os mecanismos da Resolução 1325/2000, que estabeleceu a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), com a Resolução 1542/2004, que autorizou a MINUSTAH, e a Resolução 2699/2023, que lança uma nova missão no Haiti. Dias e Amarante argumentam que a formalização de políticas de igualdade de gênero, como na agenda MPS, tem sido insuficiente na prática, evidenciado pelos numerosos casos de violência sexual cometidos por peacekeepers no Haiti. Para as autoras, apesar de avanços normativos, ainda há falhas recorrentes na implementação dessas políticas em operações de paz, incluindo a ausência de treinamentos específicos e a responsabilização inadequada de perpetradores.

A análise de conjuntura “O Acordo de Montana e a possibilidade de cooperações técnicas entre Brasil e Haiti na reconstrução haitiana”, de autoria de Nathália Rabelo, aborda o Acordo estabelecido em 2021, o qual tem o objetivo de restaurar a ordem democrática e a soberania do país, representando a expectativa de uma solução “haitiana para haitianos”, com o envolvimento de diversos segmentos da sociedade civil. Rabelo destaca a crítica de Jake Johnston, que descreve o Haiti como um “Estado dependente” em vez de um “Estado falido”, enfatizando os efeitos das intervenções internacionais que contribuíram

para a instabilidade e discutindo como a corrupção e o envolvimento das elites políticas com gangues alimentaram a crise, resultando em uma população sem acesso a serviços básicos e à mercê da violência endêmica. O texto também propõe a cooperação técnica entre o Brasil e o Haiti, através da Polícia Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, como forma de apoiar a implementação dos objetivos do Acordo de Montana. Essa cooperação pretende focar no fortalecimento das capacidades locais de segurança e na organização eleitoral, promovendo um caminho em direção à autonomia do Haiti e evitando a repetição de dependências prejudiciais observadas em intervenções passadas. O Acordo de Montana, assim, é apresentado como uma oportunidade para a reconstrução do Estado haitiano por meio de esforços internos e parcerias estratégicas.

"A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção", de autoria de João Paulo Urbano, traz uma análise crítica e afiada sobre a recente intervenção militar no Haiti, liderada pelo Quênia, e a reiterada promessa de segurança e estabilidade que acompanha tais iniciativas. A chegada do contingente de 2.500 policiais, em junho de 2024, levanta questões inquietantes sobre a eficácia das intervenções anteriores, especialmente a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), marcada negativamente pela violação dos direitos humanos e agravamento da situação social e política do país. Urbano destaca que, apesar de quase duas décadas de distância entre as missões, os objetivos se repetem: estabilizar o país e promover eleições democráticas. No entanto, a triste realidade é que a MINUSTAH ficou marcada por consequências devastadoras, incluindo epidemias, massacres e uma contínua instabilidade política. O autor argumenta que a repetição dessa abordagem militarizada pela nova Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MMS) não só é uma farsa, mas potencialmente catastrófica, já que ignora as lições amargas do passado. O autor apresenta dados que questionam a narrativa de violência iminente utilizada para justificar a intervenção. Com base em comparações entre as taxas de homicídios em diferentes países, o texto sugere que o contexto da segurança no Haiti era tratado de forma simplista, desconsiderando a complexidade das dinâmicas sociais que perpetuam a violência. A análise de Urbano é um chamado à reflexão sobre a eficácia das intervenções militares no Haiti e a urgência de uma abordagem que considere a voz e as condições de vida da população local. Sem um entendimento profundo dos problemas estruturais e uma real participação da sociedade haitiana, as intervenções internacionais estarão fadadas a perpetuar ciclos de violência e sofrimento, em vez de promover a paz e a necessária reconstrução da nação.

Gabriel Munir, em "Missões de Paz da ONU no Haiti: uma análise de históricos problemáticos", promove uma reflexão crítica sobre as intervenções internacionais no Haiti, que se estendem desde as primeiras missões nos anos 90 até a atual Missão Multinacional de Apoio à Segurança, liderada pelo Quênia. Através de uma análise histórica, o autor evidencia as contradições e falhas que permeiam as operações da ONU no país, destacando como a ostensiva ajuda humanitária frequentemente se traduz em ações que podem agravar os problemas existentes, em vez de resolvê-los. O texto discorre sobre as motivações que levaram à implementação das várias missões da ONU, incluindo a UNMIH, UNSMIH, e, mais notavelmente, a MINUSTAH, que se tornou sinônimo de controvérsias devido aos abusos cometidos por tropas estrangeiras. A análise também critica a abordagem de segurança militar, destacando como a MINUSTAH, sob liderança brasileira, falhou em promover uma verdadeira estabilização, resultando em consequências como a epidemia de cólera e múltiplos casos de abusos de direitos humanos. Este crítico olhar sobre as operações armadas serve como base para não apenas reavaliar as intervenções anteriores, mas também colocar em perspectiva a missão atual liderada pelo Quênia, que levanta preocupações semelhantes em relação ao uso da força e à violência sistemática. A repetição de um modelo que ignora as raízes socioeconômicas da crise haitiana se revela contraproducente.

O texto "Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico", de autoria de Kaio Lucas Mesquita e Natália Grass, aborda a crescente crise dos refugiados ambientais na nação caribenha, um fenômeno que se intensifica em decorrência de desastres naturais e degradação ambiental. O Haiti, que já enfrenta desafios históricos relacionados à instabilidade política e social, agora se vê à mercê de uma crise que combina elementos ecológicos e humanos, levando cada vez mais pessoas a deixarem suas terras em busca de sobrevivência. Os autores destacam que a degradação ambiental, resultante do desmatamento e práticas agrícolas insustentáveis, agrava a situação e provoca um aumento no número de refugiados ambientais, os quais são forçados a abandonar suas casas devido a condições adversas impostas pelo meio ambiente, o que torna seu desafio particularmente complexo e muitas vezes invisível. A análise propõe uma reflexão sobre as políticas públicas e a importância de iniciativas de cooperação, tanto local quanto internacional, que podem contribuir para a resiliência ambiental e a redução da vulnerabilidade das comunidades afetadas.

A edição especial da Revista PET-REL oferece uma análise abrangente e multifacetada da complexa realidade haitiana em 2024, ressaltando as intersecções entre crises

políticas, humanitárias e ambientais. Os textos que os leitores poderão ler a seguir não apenas abordam os desafios prementes que o Haiti enfrenta, mas também oferecem perspectivas críticas e propostas de reflexão sobre a atual conjuntura haitiana, combinando elementos históricos e atuais, dinâmicas internas e intervenções estrangeiras. Os textos exploram temas variados, desde as consequências da militarização da segurança até as implicações éticas das intervenções estrangeiras. As discussões abrangem questões como a violência de gênero e a legitimidade de organizações regionais no contexto haitiano, o que ilustra a necessidade de uma abordagem integrada na busca por explicações e soluções que visem a estabilização do país. A presença constante de gangues e a desintegração das estruturas de governança revelam a urgência de se repensar as estratégias atuais. A necessidade de um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e da participação ativa da população local nas decisões que a afetam são essenciais para criar um futuro sustentável e pacífico para o Haiti.

Assim, esta edição não se limita apenas a relatar uma crise, mas convoca à ação e ao engajamento de múltiplos atores. O diálogo entre as análises aqui apresentadas estabelece um panorama rico e diversificado, que pode servir de base para novas pesquisas e para o desenvolvimento de soluções eficazes e moralmente justificáveis. À medida que o Haiti enfrenta seus desafios, o papel do conhecimento, da pesquisa e da solidariedade acadêmica torna-se cada vez mais crucial para a construção de um futuro melhor. Portanto, é fundamental que todos os interessados leiam, reflitam e se engajem nas questões apresentadas, contribuindo para uma discussão ampla e necessária sobre a reconstrução do Haiti e o fortalecimento de suas instituições.

## Boa Leitura!

